

12

Comissão Técnica se reuniram para emitir parecer em conjunto ao Projeto de loteamento em relação o parecer favorável em conjunto das Comissões Técnicas de aprovação. Portanto, a aprovação do seguinte Projeto: Projeto de loteamento nº 111/2006 - Cotação nº 61/2006. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, interveio a presente Orde em nome de Deus, para lembrar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e lida e lida a Approvação Técnica, aprovada, seja arquivada para que produza seus efeitos legais.

Alexandre [Signature]
 [Signature]

Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 28 (vinte e oito) de novembro do ano de 2006 (dois mil e seis).

Após as horas do dia 28 (vinte e oito) de novembro do ano de 2006 (dois mil e seis), sob a presidência do Sr. Vereador Luiz Alva da Rocha, e com a compareceu do Ilustre Secretária "ad hoc" pelo Vereador Alexandre Luis Sant'Anna, reuniu-se Ordinariamente o Conselho Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes vereadores: Alfredo Luiz Vaqueira Gonçalves, Fábio do Santos Mendes, Jordan Cândido de Aguiar, Luis Afonso Simões de Aguiar, Paulo Henrique Corio de Sant'Anna, Luis Schwandt Borelli, Elias Rodrigues Bento e Volney Rodrigues da Silva. Havendo leitura regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Orde em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente, declarou a leitura da Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 28 (vinte e oito) de novembro do ano de 2006 (dois mil e seis), colocada em discussão, foi aprovada com a ressalva do Sr. Vereador Fábio do Santos Mendes, que criou para discutir junto a Prefeitura, nos seguintes termos: O Sr. Vereador Fábio do Santos Mendes (para discutir): "Senhor Presidente, apenas a título de contribuição com o Sr. Vereador, nos requerimentos de discussão, lida e lida e lida a cotação do Projeto de loteamento nº 111/2006, de acordo com as normas para parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de áreas de expansão urbana que respeita e dá outras providências, não se aplica

mos que fosse registrado não contrário do Virador João do Santos Mendes e da
 Viradeira Käte Schmidt que não foi assinado em Ata. Com quando na sessão de
 trabalho de 20 de Junho residente Guy Silva da Rocha: "Virador João Mendes no
 relato na Ata do XXVII Extraordinário? O Senhor Virador João do Santos Mendes
 (Respondendo): "De assim sobre a matéria e matéria de ordem". O Senhor residente
 Guy Silva da Rocha (Residendo): "Mediramos a situação da Ata da Inquéria
 Estadual de 20 de Junho Extraordinário do segundo período de trabalho após a sua le-
 tura. Após a leitura da Ata da Inquéria Estadual de 20 de Junho Extraordinário, de 20
 de Junho residente Guy Silva da Rocha: "Não, com a observação feita pelo
 Virador João do Santos Mendes, que foi feita na reunião Extraordinária na quando
 se verificou o erro. Mas uma vez mandarei observar a situação do Virador
 João do Santos Mendes, que em virtude de ordem emitida pelo Presidente
 de 20 de Junho: "Senhor residente tendo a título de contribuição com o texto e para a
 elaboração da norma aprovada visando questionamento futuro, mesmo tendo sido
 assinado, me cabe aqui resgatar a matéria. Por ser matéria de quorum quibus
 pendente, a situação do Plano Diretor procedeu-se no rito nominal, o que não é
 reproduzido na Ata. Diante do fato, solicitamos a Vossa Excelência que esta Ata
 não seja colocada sob apreciação". O Senhor residente Guy Silva da Rocha
 (Respondendo): "Senhor Virador João do Santos Mendes o assunto está entregue
 a Comissão, tendo a seguir aprovada a seguinte e Senhor residente registra
 o recebimento de expediente do Governo das Culturas de Cabo Frio nº 91/06,
 solicitando o uso da tribuna da Câmara Municipal de Cabo Frio
 no dia 28 de novembro, nos termos da Resolução nº 0442/95, tendo como fo-
 topeleto a discussão da Lei 11340/03, dispondo sobre violência contra a
 mulher, e que desde sua promulgação vinha suscitando inúmeros debates em
 todo o país, inclusive no Município de Cabo Frio. Por conseguinte, desde que
 em virtude da falta da Câmara Municipal de Cabo Frio a participação
 das Culturas de Cabo Frio se dá no decorrer da sessão. O Senhor resi-
 dente procedeu a leitura na íntegra do ofício número 91/06 da referida
 entidade e após a leitura da Resolução nº 0442/95 (Integração), dan-
 do por encaminhado, o Senhor residente remeteu ao Senhor Virador
 Antônio "após" a leitura do expediente que contém do seguinte: Ofício nº
 91/06 do Governo das Culturas de Cabo Frio, assunto: uso da tribuna, confor-
 me dispõe a Resolução nº 0442/95. Projeto de Lei nº 110/2006 - Virador Alvaro
 Luiz de Sousa Gonçalves, assunto: dispõe sobre locais de paradas de ônibus.

Jo

durante o período noturno; Projeto de Lei n° 112/2006 - Vereador Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Requer sobre a obrigatoriedade da Rede Pública Municipal de Empino promover aos preverbas educativas sobre drogas, hídricas, literas e letras, incluindo o uso de álcool, tabaco e outras medicações. Requerimento n° 118/2006 - Vereador Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Requer pública de Recurso de QUITAZO ao dar Esperança - Casa de Apoio a Pessoas com Deficiência, no Município de Lagoa do Sul. Indicação n° 138/2006 - Vereador Valter Rodrigues da Silva assunto: Solicita ao Sr. Senhor Prefeito Municipal a instalação de uma Academia de Ginástica popular na Praça do Bairro Gamboa. Indicação n° 139/2006 - Vereador Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Solicita ao Sr. Senhor Prefeito Municipal a pavimentação e urbanização das Ruas: 14, 15, 16, do Set. Santa Luzia, Todos os Santos, Rio de Janeiro, Rua Rio Santa Barbara e Niterói, situados no Bairro Lampião, 8° Distrito da localidade. Urnada a futura do Expediente, o Senhor Presidente concedeu a palavra a representante do Movimento de Mulheres Senhora Benedita de Fátima com tempo de dez minutos para o uso da tribuna nos termos da Resolução 0442/95. Após as declarações de praxe, obrigando que em futuro próximo tenha um mínimo de mais Vereadores e não apenas uma, no caso a Vereadora Valter Schmidt. O requer, o Senhor Prefeito destacou que para a futura de um texto com pontos fundamentais para o movimento, e que por este não era do conhecimento da grande maioria da comunidade. Explicando que a iniciativa de solicitar espaço na Tribuna da Câmara Municipal tem o significado de empunha 16 dias pelo fim da Violência Contra as Mulheres, evento que acontece anualmente no período de 25 de novembro a 10 de dezembro em 120 países. O hábito de 2004, instituído como ano da Mulher, o movimento havia participado de conferências em todos os níveis, estando como exemplo a primeira conferência de políticas públicas para mulheres, onde que o evento produziu a política de junho de 2004, o plano nacional de políticas para as mulheres, com a participação intensiva do Município de Lagoa do Sul através de suas representantes, o que inclusive compôs no relatório da Conferência da Associação Local do Município. Além também a participação da entidade na criação de grupos de atendimento aos casos de abuso sexual, tendo como base o Hospital da Mulher e também o Conselho de Assistência Jurídica através da OAB. Falei ainda do relacionamento com a 12ª DP para melhor compreensão da realidade que ora vive

lúcia contra a mulher, promoção de ciclo de discussões de esportação com o nome
 "Quando medes de Confortamento da Violência Contra a Mulher", com a participação
 de profissionais de diversos segmentos da sociedade brasileira, disse que a lei
 de 1993 tinha de trabalho de mulheres e abrangeu que vinha sendo consolidada
 desde 2003, tornando-se prioridade desde a primeira conferência municipal de
 política para as mulheres em 2004. Disse ter sido elaborado o projeto que era
 o plano de implementação integral a mulher vítima de violência, encaminhado ao
 Poder Público para sua implementação. Disse que o movimento havia comemorado
 a publicação da Lei 11340, denominada de Lei Maria da Penha, e que no últi-
 mo dia de seu de novembro, em reunião com os Senhores Deputados Barcos de Barco
 Mendes, foi firmado o comprometimento do Poder Público para criação de
 um centro de referência de atenção integral dedicado a mulher vítima de
 violência doméstica. Disse que o texto em leitura era uma síntese do re-
 sumo no sentido de não mostrar o que era a realidade e que assim,
 podia afirmar que "em busca de mundo e mulher" (sic) tinha a ver com
 toda a sociedade, com o envolvimento de todos os seus segmentos. Disse que o mo-
 vimento era oportuno para falar sobre violência contra a mulher no momento em que
 nos registros do cotidiano não tinham a constância de violação dos direitos hu-
 manos, uma vez que a sociedade como um todo vivenciava uma cultura na qual
 o que aconteceu entre quatro paredes somente dizia respeito ao homem e a mulher
 envolvidos. Disse que o quadro não era real e que as estatísticas mostravam um
 índice de violência contra a mulher (sic) com características definidas pela ONU
 como epidemia. Disse que o mais importante era a primazia de uma comuni-
 dade coletiva, um sentimento que envolva-se o cuidado de todos os processos no sen-
 tido de preservar a dignidade da mulher, pois, nuca mulher não significava
 nusca inferior. Continuando, comentou sobre o assassinato de Angélica Diniz,
 na década de 70 e sobre a presença do assassino em Cabo Frio para o lança-
 mento de um livro sobre o crime, lembrando que o mesmo fora absolvido
 com a tese de defesa da honra. Disse ainda, que o caso Angélica Diniz, bem
 como, o da Maria da Penha, que em âmbito de um ano tornou-se para
 plágio, além de outras atrocidades e assim podia se afirmar que eram
 mulheres que simbolizavam a luta contra tal tipo de violência. Falou da im-
 portância da implementação de políticas públicas dirigidas a defesa e bem-
 estar da mulher, fazendo a seguir estudos de artigos e leis sancionadas dis-
 pondo sobre o tema falou sobre a conscientização de violência cometida

contra a mulher, destacando como uma das mais graves a violência psicológica, podendo estar também a violência patrimonial, moral e sexual, entre tantas outras formas de agressões sofridas pela mulher. Exemplificou o que compreendia uma violência institucional, destacando que como profissional na área de saúde poderia testemunhar o caso de uma funcionária da mesma área, que não havia aceitado o afastado abonando a falta ao trabalho por ter perdido ao lado do filho de seis meses, com febre de 39 graus. Quando sobre o assunto, citando suas conclusões afirmando que a mulher sofre tantas violências pelo simples fato de ter nascido mulher, e que na realidade elas não queriam ser uma reunião, mas sim unidade durante os 365 dias do ano. Deu nota, a mulher tinha que ser vista como um ser humano completo, digno, integrante da força de trabalho produtiva com garantia de todos os direitos que poderiam ser assegurados ao ser humano e assim poderiam ser enlobados: salários, trabalho, educação, cultura e tanto outros atributos inerentes à cidadania, e assim, encerra sua fala agradecendo a atenção de todos. Continuando na descrição do trabalho, o Senhor Presidente disse que registaria com satisfação a presença da entidade do movimento das mulheres na Casa Democrática, que desde 1995, sob a sua presidência e época, realizara a tribuna livre que fora a luz a primeira do Estado do Rio de Janeiro. Disse que diversas entidades cumprindo as exigências da Resolução 04/2.95 já haviam sido feitas uso da tribuna, e ela sempre um prazer ter o cidadão cheio e reagir, transgrediu a tribuna aos quadros imutáveis. Despece a tribuna como primeira tribuna imutável o variador livre do Sando Mendes que inicialmente começou sobre o dia 25 de novembro, imbuído para ser lembrado como um dia de luta, de enfrentamento de violência contra a mulher e luta na a inteligência de mulher pelo ato do movimento ter se estendido por 16 dias de comemoração da sociedade. Inquirindo, afirmou que o envolvimento de toda a sociedade, com destaque os segmentos organizados, todos visíveis no sentido de ser consolidada uma consciência que propulsão o direito da mulher no contexto do cidadão e dos direitos humanos. Continuando, relatou sobre casos envolvendo agressões sofridas por mulheres do município destacando o caso de uma menina de 16 anos, violentada e brutalmente assassinada com o corpo sendo jogado no vale de São do Iguara, e ainda de outra mulher assassinada no

João de Azevedo, que no segundo Distrito (todas com características de requintes de
 elite) de Indaiatuba também o caso de uma mulher que o procurara na Câmara,
 vítima de violência com tentativa de estupro, exibindo a seguir exemplares de jor-
 nais com o noticiário do registro de violência que acabava de cometer. O repórter
 o virador fôz no Junho de 1965 colocar um amplo relato sobre a questão de
 violência contra a mulher, e a necessidade não apenas da comunicação do res-
 pectivo que a ela era devido, mas, sobretudo, da implementação de políticas públi-
 cas que refletissem e combatessem uma luta que era de toda a sociedade bri-
 tânica e os representantes do movimento das mulheres de São Paulo, afirmando
 que elas mereciam todo o apoio e toda a força que jamais deveriam deixar de
 lutar. Em aparte, o virador deu ênfase estas pesquisas quando ex quis
 a cada quatro minutos uma mulher era agredida no Brasil e referiu perante
 dos aqui sobre a importância de relacionamentos diretos e assim, era fundamental
 que todos estivessem envolvidos na luta para banir a violência contra a mulher
 e não apenas os danos físicos, mas também os danos sexualmente trans-
 missíveis em nível de estupro e violência. Referindo a palavra o virador
 fôz no Junho de 1965, disse ter observado características marcantes, como
 foram os dois crimes mencionados anteriormente, tendo também observado
 junto a delinqüência que os processos tinhamem de forma isolada, o que o moti-
 vava para incluir o jornalismo público quanto a necessidade de serem expu-
 dos os informese. Entendeu que os intervalos entre os crimes sugeriam
 que o assassinio fosse o mesmo, conduzindo assim para um quadro de
 maneira sexual. Deante, descreveu situações que conduziam para uma
 prática de refúgio nos crimes, até mesmo com os corpos sendo jogados
 em valas de esgoto, entre outras coisas que poderiam esclarecer e orientar
 tal investigação. Também falou sobre o caso da mulher que sofreu estupro
 e a moralidade da polícia ficava em revelar detalhes e outros detali-
 gios que haviam ficado em sua casa como provas de violência, e que
 poderiam levar a elucidação do caso. Analizou afirmando que talvez
 inicialmente era necessária uma política investigativa, preparada tecnicamente
 e motivada para a resolução de tais crimes. A seguir, referiu-se
 a matéria publicada no jornal do Brasil no domingo anterior, dia 26, a
 respeito do noticiário que tinha como anexo o Pub. Bid. disse que a
 matéria criticava a imprensa na divulgação do noticiário, ignorando as garan-
 tias dadas no Auditorio Cultural de um de novembro, com processo e

Que

preservação do meu ambiente local. Quando sobre o assunto, disse que a
mídia contava declarações da diretora do IBAMA em Cabo Frio, Inês
Lisio Vanuzor, afirmando que o projeto aprovado na Câmara de Cabo Frio
desprezava leis e Decretos federais, e assim, o projeto deveria ser alterado
para atender a legislação Ambiental. Disse, que diante de tais fatos a
Câmara teria que realizar uma nova votação, reportando-se as suas
intervenções no sentido de que deveria ser respeitado o Fórum das Au-
diências Públicas o que lamentavelmente não ocorreu. Disse que sempre
problema por um projeto que respeitasse a qualidade de vida da popu-
lação de Cabo Frio, preservando e qualificando uma política de des-
envolvimento adequada à geografia ambiental a região que não concorda
com relação ao projeto em questão. Enfatizou que seu atuação em defesa de
uma legislação compatível com o meio ambiente incluído ao projeto
não deixará em claro que suas intervenções haviam sido coradas
e que em fim, tinha o sentimento tranquilo, no que concerne sua fala.
A seguir, ouviu o senhor, o vereador Alberto Gonçalves, que iniciou
sua fala congratulando com o movimento de Mulheres de Cabo Frio,
manifestando seu integral solidariedade a sua participação na luta
para preservar a dignidade da mulher. Disse, que seu preocupação
com indivíduos ligados as mulheres o que motivara a criação de Políticas
ao dar Esperança, também dirigido por uma mulher, vindo de longe,
pois antes de seu nascimento já havia quatro irmãs, e agora com ele
era pai de duas meninas e sua esposa estava grávida de uma ter-
ceira. Disse, que não poderia vir a luta contra a violência sofrida pe-
la mulher de outra forma estando especialmente ligado e motivado
para prestar todo o seu apoio ao movimento de Mulheres de Cabo Frio
possuindo, disse que com o advento da Lei Benício da Cunha, as
ações das mulheres eram punidas realmente, embora entendesse
que o dia deveria ser, mais rigoroso, até mesmo esclarecendo
aquelas como uma pácor. Resaltou que o projeto de lei de sua en-
foca, considerando de legislação Pública e movimento de Mulheres de
Cabo Frio tramitava junto a Comissão de Legislação Públicas e que em
certo prazo a iniciativa estaria fortalecida juridicamente perante a so-
ciedade. Parabenizou o movimento e reiterou o seu apoio no sentido
de melhorar o poder executivo na implantação do Centro de Referência

de defesa da mulher a requer, o Vereador Alfredo Gonçalves, fez a publicação do requerimento 118/2006, dispondo sobre outorga de licença de faltas aos pais e esperança no Município de Catobris, com cópia a disposição na Diretoria do Caxi, no que ocorreu sua falta a requer, na direção dos trabalhos o Senhor Presidente em exercício, Vereador Nilus Rodrigues Pinto, solicitou registro em ata da presença de Agentes Comunitários da Saúde, reivindicando os benefícios da Lei 11350, sobeundo-se a disposição dos estatutos agentes a requer, apresentou a Tribuna a Vereadora Lúcia Schwindt, congratulando-se inicialmente com a participação da representante do Movimento das Mulheres de Catobris afirmando que em próximas legislações as mulheres conseguissem ocupar mais cadeiras no Poder Legislativo Municipal, que em ocasião recente esteve em uma grande greve de educação quando um Deputado Estadual pediu que não votassem em defesa masculina, porque coincidindo com a mesma nunca a viria nomeando, e que assim, ela poderia ser uma anomalia, disse a oradora que o Deputado configurava preconceito sexual, que era também uma forma de violência contra a mulher, e mais, que sendo diretores jamais alguém a viria nomeando na Câmara e que figura indignada com as anistias do estado Deputado a requer, fez isto comemorando a mulher e os seus direitos, seus conquistas e os instrumentos com os quais a sociedade civil permitiu que sua dignidade fosse preservada, defendendo sua solidariedade ao movimento declarando seu total e irrestrito apoio, no que ocorreu sua falta a requer, o Senhor Presidente solicitou que fosse registrado em ata a presença da Presidente do dar Esperança, Senhora Aparecida Porto e convite de entrada para inauguração dos obras de reestruturação de geração de renda no dia primeiro de dezembro. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o Ata do Dia. Nesta etapa, foi apresentado parecer favorável da Comissão de Políticas Sociais nos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 070/2006 e Projeto de Lei nº 084/2006, sendo a requer, encaminhados para a Comissão de Legislação final para que a mesma emitisse parecer em prazo regimental aos projetos citados foram encaminhados para a Comissão de Combate à Corrupção e Justiça para que a mesma emitisse parecer em prazo regimental aos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 110/2006 e Projeto de Lei nº 112/2006. Finalizando este segmento, foram aprovados o requerimento nº 118/2006 e os índices nos 138/2006 e 139/2006. Ata

da a Ordem do Dia, o Senhor Presidente entregou a Tribuna para a Explicação Pessoal. Deu-lhe a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Antônio
Guilherme de Azevedo, que após as mediações de prazo, manifestou
sua solidariedade ao Movimento de Cultura de Cabo Frio e sua luta
contra a violência. Inquiriu ainda se, após aos 8000 comunitários de
ruído que pleiteavam os benefícios do do J1350, e que estava presente
na reunião que seria realizada na Prefeitura para discutir sobre a
questão, exortando os Vereadores para que estivessem presentes. Com relação
ao Projeto Lei Plub. 001, disse que concordava com o Vereador quando
do o mesmo falava do patrimônio natural de Cabo Frio, mas que o mais
importante do que a natureza era as pessoas, as famílias, ou seja, de seres
humanos que precisavam de empregos para sobreviver com dignidade
e o que era uma das propostas principais do Projeto Lei. Disse que, em
momento algum houve a intenção de serem transgredidas leis da Constituição
para beneficiar o Projeto do Lei, acrescentando ainda que caso fossem
necessárias reformas, por certo elas ocorreriam dentro da ordem legal,
sobretudo quando se vislumbrava a geração de cerca de dezesseis mil
empregos diretos e indiretos, no que encerra sua fala. Não houve
mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor
Presidente em exercício Vereador Wilson Rodrigues Bento agradeceu a pre-
sença dos representantes do Movimento de Cultura de Cabo Frio, da Presi-
dente do Conselho Municipal de Cultura de Cabo Frio e dos Agentes Comunitá-
rios de Ruído, encerrando a sessão a presente sessão, em nome de Deus. E
para concluir, mandou que se lêsse a presente Ata, que depois
de lida, submetida a aprovação nominal, aprovada, será assinada
para que produza seus efeitos legais.

Alexandre J. Paul
e seu irmão